

Plano de R\$ 300 bi em crédito e subsídio para a indústria acentua receio com quadro fiscal

— Avaliação de risco para as contas públicas leva dólar a R\$ 4,98, enquanto Bolsa recua 0,81%; pacote prevê também política de obras e compras públicas atrelada a negócios com fabricantes locais

.....
BIANCA LIMA
MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

O governo lançou ontem um plano de estímulo à indústria brasileira, marcado pela defesa, por parte da ala mais desenvolvimentista, do poder de indução do Estado na economia – sobretudo em áreas estratégicas, como a agenda verde. Batizado de Nova Indústria Brasil, o pacote reedita políticas de antigas gestões petistas ao prever R\$ 300 bilhões em financiamentos e subsídios ao setor até 2026, além de uma política

de obras e compras públicas com incentivo ao conteúdo local (exigência de compra de fornecedores brasileiros).

Economistas são críticos ao formato do plano, e apontam para a volta da política de estímulo à industrialização iniciado no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que priorizou empresas de setores específicos na chamada política de “campeãs nacionais”. O anúncio teve também impacto no mercado, contribuindo para a queda de 0,81% do Ibovespa, principal índice da Bolsa, e a alta de 1,23% do dólar (a R\$ 4,98). Analistas falaram em risco de

agravamento do quadro fiscal, no momento em que a meta da equipe econômica de fechar as contas deste ano com déficit zero já é vista com desconfiança.

Ausências Anúncio de novo plano não teve presenças dos ministros Fernando Haddad e Simone Tebet

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, rebateu as críticas e defendeu a volta do investimento estatal, alegando que outros países também estão nessa

trilha, enquanto o ministro da Casa Civil, Rui Costa, citou uma “criminalização” ao apoio do governo para o desenvolvimento industrial. “Qual nação desenvolvida não está fazendo isso hoje em dia?”, questionou (mais informações na pág. B2).

Duas ausências chamaram quase tanta atenção quanto as cifras bilionárias: Fernando Haddad, da Fazenda (que teve agenda em São Paulo), e Simone Tebet, do Planejamento. Os dois ministros passaram os últimos dias debruçados sobre os números do Orçamento de 2024 – sancionado ontem por Lula com a meta de zerar o défi-

cit público. Ambos defendem reduzir subsídios e benefícios fiscais, a exemplo da desoneração da folha de pagamentos, em busca do ajuste das contas públicas.

Segundo Lula, os R\$ 300 bilhões são um “alento” para a indústria “dar um salto de qualidade”. “O nosso problema era dinheiro. Se dinheiro não é problema, então, nós temos de resolver as coisas com muito mais facilidade”, disse Lula, ao cobrar os ministros para que apresentem resultados com base no novo programa oficial. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1